

da fase escrita a que alude a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º e os números 1 a 3 do artigo 16.º da Lei supra mencionada, relativas ao concurso de ingresso no 6.º Curso de Formação dos Tribunais Administrativos e Fiscais, na forma que segue:

Via de acesso a que se refere a primeira parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro:

Júri A

Presidente — Juíza Conselheira Maria Benedita Malaquias Pires Urbano

Ana Nunes de Almeida — Investigadora Coordenadora
Ana Patrícia Silva Souto Lourenço Hilário — Doutorada
Ana Sofia Ribeiro dos Santos — Doutorada
Cristina Isabel de Oliveira Nunes — Doutoranda
Patrícia Andrea Rodrigues André — Doutoranda
Ana Carla Teles Duarte Palma — Juíza Desembargadora
Maria Cristina Flora Santos — Juíza Desembargadora
Marta Cação Rodrigues Cavaleira — Juíza Desembargadora
Pedro Nuno Pinto Vergueiro — Juiz Desembargador
Ana Cristina Gomes Carvalho — Juíza de Direito

Júri B

Presidente — Juíza Conselheira Isabel Cristina Mota Marques da Silva

José Soares da Silva Neves — Doutorado
Luís Carlos Pinto Gouveia — Doutorado
Sónia Piedade Apolinário Ribeiro Gomes — Doutorada
Catarina de Moura Ferreira Ribeiro Gonçalves Jarmela — Juíza Desembargadora

Hélia Maria Correia Gameiro Silva — Juíza Desembargadora
Ana Cristina Sá Lameira — Juíza de Direito
Anabela Cardoso da Cruz Boavida Marques — Procuradora da República

Orlando da Conceição Machado — Procurador da República

Júri C

Presidente — Procurador-Geral-Adjunto Paulo José Rodrigues Antunes

Diana Dias de Carvalho — Doutoranda
Raquel Teresa Araújo Sequeira Alves do Rego — Doutorada
Susana Alexandra Lopes da Costa Santos — Doutorada
Jorge Alexandre Trindade Cardoso Cortês — Juiz Desembargador
Alda Maria Alves Nunes — Juíza de Direito
Susana Maria Reis Moniz Barreto — Juíza de Direito
Maria Adelaide Moreira Morais — Procuradora da República

Júri D

Presidente — Procuradora-Geral-Adjunta Maria Raquel Poças Vicente da Rosa

Ana Isabel Oliveira Delicado — Investigadora
Mafalda Silveira Nunes Duarte Leitão — Doutorada
Vasco Miguel dos Santos Ramos — Doutorado
Vera Sandra dos Santos de Sousa Borges — Doutorada
Fernando Augusto Martins Duarte — Juiz Desembargador
Paulo Eduardo Ferreira de Magalhães — Juiz Desembargador
António Augusto Cabral Ziegler Patkoczy — Juiz de Direito
Aurora Celeste Sampaio Alves Veiga — Juíza de Direito
José Manuel Esteves da Cruz — Procurador da República

Via de acesso a que se refere a segunda parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro

Júri A

Presidente — Procuradora-Geral-Adjunta Maria Teresa Samuel Naia Rui Guerra da Fonseca — Professor Universitário
Luís Cândido de Carvalho Monterroso Miguéis Garcia — Juiz Desembargador

Paula Cristina Oliveira Lopes Ferreirinha Loureiro — Juíza Desembargadora

Sofia Ilda Moura de Mesquita da Cruz David — Juíza Desembargadora

Margarida Maria da Costa Reis Canada de Abreu — Juíza de Direito

Manuel Cardoso Joaquim — Procurador da República

Júri B

Presidente — Juíza Conselheira Dulce Manuel Conceição Neto
Gustavo Lopes Courinha — Professor Universitário

Helena Maria Telo Afonso — Juíza Desembargadora
Maria Celeste Gomes Oliveira — Juíza Desembargadora
Lina Maria Fonseca Costa — Juíza de Direito
Carla Paula Bello da Silveira Baptista Lamego — Procuradora da República

Júri C

Presidente — Juiz Conselheiro José Francisco Fonseca da Paz
Paula Rosado Pereira — Professora Universitária e Advogada
Cláudia Sofia Martins Henriques de Almeida — Juíza Desembargadora

Catarina Alexandra Amaral Azevedo de Almeida e Sousa — Juíza Desembargadora

Luís Cândido de Carvalho Migueis Garcia — Juiz Desembargador
Ricardo Oliveira Sousa — Juiz Desembargador

Luís António da Cunha Sottomayor Felgueiras — Procurador da República

Júri D

Presidente — Procuradora-Geral-Adjunta Carmelinda Maria Batista Lopes Monteiro Fernandes Silva

Luís Manuel da Costa Sousa da Fábrica — Professor Universitário e Advogado

Jorge Alexandre Trindade Cardoso Cortês — Juiz Desembargador
Paulo Heliodoro Pereira Gouveia — Juiz Desembargador

Ana Cristina Gomes Carvalho — Juíza de Direito
Katya Melanie Fernandes da Cruz do Nascimento Lopes Fernandes — Procuradora da República

2 — Nos termos do n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, dá-se conhecimento que a lista definitiva dos/as candidatos/as admitidos/as e excluídos/as aos testes de aptidão para ingresso no Centro de Estudos Judiciários, no âmbito do concurso aberto pelo Aviso n.º 19402/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, de 31 de dezembro de 2018, será afixada e publicitada no sítio do CEJ, previsivelmente, no dia 14 de fevereiro de 2019.

A data indicada poderá ser alterada por circunstâncias supervenientes, de que, se for caso, será dado oportuno conhecimento.

28 de janeiro de 2019. — O Diretor do Departamento de Apoio Geral, *Adelino V. Pereira*.

312016685

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extrato) n.º 1839/2019

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto no âmbito da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (a seguir designado Lei PREVPAP), por aviso publicitado na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE201808/1014, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento de seis postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior previstos no mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça, com efeitos a 3 de dezembro de 2018, com os seguintes trabalhadores:

Mestre, Ana Margarida Figueiredo de Carvalho
Licenciado, Diogo Andrade Nunes de Sousa
Licenciada, Filipa Vilhena Júlio Marques Vidal
Licenciado, Gonçalo Filipe Proença Leitão
Licenciada, Neuza Marlene Oliveira Morais da Cunha
Mestre, Rúben André Ferreira Conceição Martins Silveiro

Nos termos do artigo 12.º da Lei PREVPAP, a remuneração corresponde, respetivamente, à 2.ª posição remuneratória da carreira e categoria de Técnico Superior e nível remuneratório 15, da tabela remuneratória única, no montante de € 1.201,48.

Nos termos do artigo 11.º da Lei PREVPAP, os trabalhadores encontram-se dispensados do período experimental.

17 de janeiro de 2019. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.
311991438